

Relatório de Participação no LACIGF 2025 - Córdoba

Rodolfo da Silva Avelino

Dia 5 e 6 de novembro

Visão Geral do Evento

O LACIGF 2025, realizado em Córdoba, consolidou-se como um espaço estratégico de diálogo multissetorial sobre os rumos da governança da Internet na América Latina e no Caribe, especialmente em um contexto marcado por transformações aceleradas na infraestrutura digital e pela expansão da inteligência artificial. O evento evidenciou a centralidade da articulação regional como elemento-chave para enfrentar desafios comuns, fortalecer capacidades locais e ampliar a incidência da região nos debates globais sobre governança digital.

Ao longo das discussões, ficou clara a importância do modelo multissetorial como base para a construção de políticas públicas mais inclusivas, transparentes e eficazes, capazes de articular governos, comunidade técnica, academia, setor privado e sociedade civil. Ao mesmo tempo, o evento revelou tensões e desafios persistentes, como o enfraquecimento da cooperação política regional e as dificuldades de diálogo entre modelos tradicionais de governança estatal e abordagens baseadas na construção de consensos.

O LACIGF também se destacou por aprofundar debates sobre soberania digital, dependência tecnológica e geopolítica da infraestrutura, evidenciando que a América Latina enfrenta escolhas estratégicas relevantes diante das disputas globais em torno da inteligência artificial, dos dados e das infraestruturas críticas. Nesse sentido, o fórum reafirmou seu papel não apenas como espaço de debate, mas como ambiente de construção de redes, troca de experiências e fortalecimento de agendas regionais compartilhadas.

Agenda e Sessões Acompanhadas

Governança da Internet: Evolução, Impacto e Articulação Global, Regional e Nacional

A sessão destacou a importância da articulação regional para a gestão de recursos críticos da Internet e para o fortalecimento de políticas públicas mais eficazes na região. Foi ressaltado o papel das estruturas técnicas regionais, como os registros regionais de endereços IP e de nomes de domínio, que operam com base em princípios de cooperação, igualdade entre os atores e desenvolvimento participativo de políticas, contribuindo para uma governança mais eficiente e alinhada às necessidades locais.

Os debates enfatizaram que a coordenação regional é fundamental não apenas para a administração técnica da Internet, mas também para apoiar a formulação de políticas públicas, promovendo maior efetividade no alcance de objetivos comuns. Nesse contexto, o modelo multissetorial foi apontado como um elemento central, por favorecer a transparência, a prestação de contas e a construção de consensos entre diferentes setores da sociedade, incluindo governos, comunidade técnica, academia, setor privado e sociedade civil.

Entretanto, foram identificados desafios relevantes para o avanço dessa coordenação. Um dos principais pontos levantados foi o atual enfraquecimento da cooperação política entre os governos da região, evidenciado pela baixa articulação em espaços regionais e pela dificuldade de manter agendas comuns. Esse cenário torna mais complexa a implementação de iniciativas regionais coordenadas, mesmo diante da necessidade crescente de respostas conjuntas a problemas compartilhados.

Outro desafio discutido refere-se ao choque cultural entre o modelo multissetorial de governança da Internet, baseado na busca de consensos, e os modelos tradicionais de governança pública, que se estruturam predominantemente na lógica da construção de maiorias. Foi ressaltado que essa diferença não deve ser vista de forma negativa, mas como uma oportunidade de diálogo e aprendizado mútuo, sendo o diálogo contínuo apontado como o principal caminho para aproximar essas visões e fortalecer a cooperação entre os diferentes atores envolvidos.

Geopolítica da infraestrutura digital: pode a América Latina construir soberania na era da IA?

O painel “Geopolítica da infraestrutura digital: pode a América Latina construir soberania na era da IA?” reuniu especialistas de diferentes países e campos de atuação para discutir como as disputas geopolíticas em torno da infraestrutura de inteligência artificial, especialmente entre Estados Unidos e China, impactam a América Latina e o Caribe. Participaram do debate Marion Briancesco (ProBox) na moderação, Carolina Aguerre (UCY e CETYS), José Alberto Rojas Marcelo (Quantvia Legal), Rodolfo da Silva Avelino (Insper/Coletivo Digital), Gerardo Martínez Cruz (Universidade de Bolonha) e Alcides Eduardo dos Reis Peron (Unicamp), com mediação virtual de Thaís Aguiar (Escola CESAR). Fui o único painelistas a participar de forma presencial, enquanto os demais contribuíram remotamente.

O debate teve como eixo central a compreensão da infraestrutura digital como núcleo do poder na era da inteligência artificial, destacando os riscos associados à dependência regional de infraestruturas controladas por potências estrangeiras, bem como as vulnerabilidades estratégicas que esse cenário impõe à soberania digital, à governança de dados e à formulação de políticas públicas na região. Também foram discutidas possibilidades de cooperação regional, alianças estratégicas e caminhos para o fortalecimento da resiliência tecnológica da América Latina e do Caribe.

Na minha intervenção, ao responder à primeira pergunta da mediação sobre a importância da cooperação entre diferentes partes interessadas para a construção de ecossistemas locais favoráveis à inteligência artificial, destaquei que essa cooperação precisa ir além de relações pontuais ou estritamente transacionais. Defendi a promoção de parcerias público-privadas estruturais e de longo prazo, capazes de sustentar o desenvolvimento de capacidades locais em infraestrutura, inovação e governança de IA.

Ressaltei a importância de incluir a academia e os centros de pesquisa desde as etapas iniciais, de modo a articular formação de recursos humanos, produção de conhecimento, inovação tecnológica e aplicação prática em contextos reais.

No último dia do evento, participei da sessão principal de encerramento intitulada “Inteligencia Artificial local y contextual: alternativas para economías digitales sostenibles”, que teve como objetivo discutir de que forma a América Latina e o Caribe podem se posicionar na economia digital a partir do desenvolvimento de tecnologias capazes de responder às necessidades e aos problemas regionais. A sessão partiu de uma reflexão sobre o papel da inteligência artificial no contexto local, explorando tanto as experiências existentes na região quanto os desafios estruturais para a construção de ecossistemas de IA que promovam economias digitais sustentáveis e baseadas em modelos alternativos.

O painel foi moderado por Valeria Betancourt, da Association for Progressive Communications (APC), e Jamila Venturini, da Derechos Digitales, e contou com a participação de Fernando Rojas, da CEPAL, Paola Ricaurte, do Tecnológico de Monterrey, Juan Pablo Vial, do Ministério das Relações Exteriores do Chile, Emilia Echeveste, da Fundación Vía Libre, e Germán López Ardila, da Cámara Colombiana de Informática e Telecomunicaciones.

Na minha intervenção, retomei pontos já abordados ao longo do evento sobre inclusão e desenvolvimento regional, enfatizando que a adoção e o desenvolvimento da inteligência artificial na América Latina dependem, de forma central, da existência de infraestrutura adequada. Argumentei que a IA não pode ser pensada de maneira dissociada das condições materiais que possibilitam seu funcionamento, como capacidade computacional, conectividade, armazenamento e governança de dados.

Defendi que a implementação de redes regionais federadas e o uso de plataformas livres podem representar caminhos relevantes para fortalecer a soberania digital e reduzir a dependência de infraestruturas concentradas fora da região. Ressaltei que os países latino-americanos, de modo geral, não dispõem atualmente de capacidade computacional local suficiente para o desenvolvimento de sistemas de IA de alta complexidade, o que torna a cooperação regional ainda mais necessária e estratégica.

Nesse contexto, destaquei a importância de fomentar parcerias público-privadas que não se limitem a relações transacionais de curto prazo, mas que sejam

estruturais e sustentáveis ao longo do tempo. Argumentei que tais parcerias devem envolver, desde o início, a academia e os centros de pesquisa, de modo a articular formação de capacidades, produção de conhecimento, inovação tecnológica e aplicação prática em contextos reais.

Enfatizei também a necessidade de envolver a sociedade civil e as comunidades locais nos processos de desenvolvimento e implementação da inteligência artificial, garantindo que essas tecnologias respondam a necessidades concretas e específicas dos territórios. Ressaltei que uma abordagem local e contextual da IA é fundamental para evitar a reprodução de desigualdades e para assegurar que os benefícios da economia digital sejam distribuídos de forma mais equitativa.

Como exemplo de construção de capacidades institucionais e multissetoriais, apresentei iniciativas desenvolvidas no Brasil no âmbito do Comitê Gestor da Internet no Brasil e do NIC.br. Mencionei que a inteligência artificial é um dos temas prioritários da agenda de trabalho do CGI.br para o período de 2025 a 2027, com a existência de um grupo de trabalho dedicado à discussão da temática, especialmente no que se refere à regulação de sistemas de IA, em diálogo com o processo legislativo atualmente em curso no país.

Destaquei ainda o papel do Observatório Brasileiro de Inteligência Artificial, abrigado no NIC.br e previsto no Plano Brasileiro de IA, como instrumento voltado à produção e disseminação de informações para orientar políticas públicas, estratégias e ações relacionadas ao desenvolvimento e ao uso responsável da IA. Também mencionei a atuação do Cetic.br, departamento de pesquisa do NIC.br, responsável pela produção anual de indicadores nacionais sobre o uso e os impactos da inteligência artificial, que podem subsidiar decisões públicas e contribuir para debates em nível regional.

Por fim, citei a experiência do CGI.br em parceria com a FAPESP e o MCTIC no fomento à criação de dez centros de pesquisa aplicada em inteligência artificial no Brasil, ressaltando que, embora essas iniciativas estejam concentradas no contexto nacional, elas demonstram a capacidade de construção de redes especializadas e multissetoriais voltadas tanto ao desenvolvimento de

infraestrutura quanto à análise dos impactos sociais da IA em diferentes setores. Argumentei que essas experiências podem servir de referência para iniciativas de cooperação regional, contribuindo para o fortalecimento de ecossistemas locais e contextuais de inteligência artificial na América Latina e no Caribe.

Conclusões e considerações finais

De forma complementar, a presença no evento enquanto coordenador do Fórum da Internet no Brasil (FIB) reforçou a importância do diálogo contínuo entre iniciativas nacionais e espaços regionais, contribuindo para a circulação de experiências, aprendizados e boas práticas. A interação com organizadores, participantes e representantes de diferentes países fortaleceu vínculos institucionais e abriu oportunidades para futuras colaborações entre o FIB, o LACIGF e outros fóruns nacionais e regionais.

A participação no IGF regional mostrou-se igualmente estratégica, ao permitir uma visão mais ampla das prioridades, desafios e convergências da América Latina e do Caribe no campo da governança da Internet. Esse engajamento contribui para alinhar agendas, ampliar a incidência regional em espaços globais e fortalecer o papel da região na definição de princípios, normas e políticas relacionadas à infraestrutura digital e à inteligência artificial.

Por fim, o LACIGF 2025 reforçou a percepção de que a construção de soberania digital na região depende menos de soluções isoladas e mais da capacidade de articular ecossistemas multissetoriais, promover cooperação regional e valorizar a diversidade de atores e territórios. Nesse contexto, a participação ativa em múltiplos níveis — como debatedor, coordenador de fórum nacional e participante do IGF regional — mostrou-se fundamental para ampliar o impacto institucional e contribuir de forma consistente para o fortalecimento da governança da Internet na América Latina e no Caribe.